

Direitos sob quarentena



Pesquisa do Departamento de Serviço Social analisa efeitos do período pandêmico no atendimento à sociedade e na atuação do profissional da área, entre demandas que não podiam esperar, medidas sanitárias restritivas, muita informação falsa e adequação da linguagem em razão do aumento da comunicação mediatizada pela tecnologia.

Páginas 4 e 5



Economia na prática

No contexto da creditação curricular da extensão, projetos do curso de Ciências Econômicas respondem a demandas da comunidade e estimulam os estudantes com atividades práticas e qualificadas, em áreas como perícia ambiental e assistência especializada em ações do Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos da UEL.

Formação para a saúde

Pesquisadores analisam currículos de cursos de Licenciatura e Programas de Pós-Graduação para avaliar aproximação ou distanciamento da área com a Saúde Coletiva

JOSÉ DE ARIMATHÉIA

Desde a Resolução 218 do Conselho Nacional de Saúde, de 6 de março de 1997, os profissionais de Educação Física são reconhecidos, ao lado de outras 12 categorias, como profissionais de saúde de nível superior. Tal Resolução seguiu um caminho aberto pelo Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Lei 8.080/90, que dispôs sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.

O SUS é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, com acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país, e foco na qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde. O Sistema tem como princípios a universalização (direito de todos e dever do Estado), equidade (investir mais onde a carência é maior) e integralidade (pessoas vistas como um todo).

As formações profissionais, logicamente, devem se orientar nesse sentido. É aí que entra o projeto de pesquisa "Saúde Coletiva e Educação Física: aproximações e distanciamentos no contexto brasileiro", coordenado pelo professor Mathias Roberto Loch, do Departamento de Educação Física. Trata-se de um "projeto guarda-chuva" que abriga vários pesquisadores em torno do tema, desde a graduação (Iniciação Científica) até a pós-graduação stricto sensu.

O objetivo principal do projeto é analisar as ementas dos novos currículos dos cursos de Licenciatura em Educação Física das universidades públicas da região Sul do Brasil, especificamente em relação à sua aproximação com a temática da Saúde Coletiva. Trata-se de um estudo descritivo-analítico com análise documental.

Embora esteja em execução há pouco mais de um ano, o professor Mathias vem investigando este objeto de pesquisa há mais de vinte. Neste período, acompanhou o aprimoramento do SUS através de outros programas de saúde pública criados pelo governo. Um exemplo são os multiprofissionais NASF (Núcleos de Apoio à Saúde da Família), criados em 2008 pelo Ministério da Saúde com o objetivo de aumentar a resolutividade e capacidade de resposta das equipes de saúde da família aos problemas da população.

De acordo com o coordenador do projeto, a atuação do profissional de Educação Física na Saúde Coletiva se consolidou como linha de pesquisa, o que legitima o projeto a abrigar pesquisadores de Mestrado e Doutorado.



Prof. Mathias Loch: "As pesquisas nos dão a oportunidade de acompanhar a atuação profissional, mesmo de quem não vai trabalhar no SUS"

O professor lembra, porém, que tradicionalmente, os cursos de Educação Física têm formado atletas e treinadores, sem ênfase na saúde coletiva. Mas está mudando: ele detecta abordagens mais ampliadas e mais humanizadas. Infelizmente, tudo ainda muito incipiente, pontual e compartimentado.

PESQUISAS

Pelo projeto, já houve a publicação de um artigo baseado em um Trabalho de Conclusão de Curso de graduação que analisou currículos de Licenciatura. O trabalho foi publicado pela Fundação Oswaldo Cruz. Dois estudantes de Educação Física, bolsistas de Iniciação Científica, estudam outros aspectos da formação inicial. E uma mestranda está iniciando sua pesquisa também dentro da temática.

Segundo o professor Mathias, o projeto analisou 708 ementas de disciplinas de 11 cursos de Licenciatura em Educação Física. O estudo constatou que três deles não tinham disciplinas relacionadas à temática Saúde Coletiva. Foram identificadas 17 disciplinas obrigatórias. Para Mathias, são "disciplinas pontuais", o avanço deveria ter sido maior até aqui. E esta lacuna vale também para a habilitação em Bacharelado. "Os cursos ainda são muito direcionados ao esporte, existe um espaço a ser ocupado", comenta. A própria estrutura curricular, tradicional, tem demonstrado este cenário.

TESE

Joamara de Oliveira Pimentel é doutoranda, orientanda do professor Mathias. Sua pesquisa deriva diretamente do projeto. Conforme a pesquisadora, graduada em Licenciatura Plena em 2007, a tese nasceu de sua trajetória acadêmica. Ela só teve uma disciplina semestral na graduação ligada à saúde coletiva, na qual nada foi abordado sobre o SUS. Mas fez a Residência Multiprofis-

sional em Saúde da Mulher, quando conheceu o projeto. E aí vieram o Mestrado e o Doutorado.

No Mestrado, ao estudar a ligação entre as duas áreas, realizou uma expressiva coleta de dados. Para a tese, focou nos egressos do curso de 2010 a 2019 de 35 Mestrados Acadêmicos de Saúde Pública e Coletiva de todo o país. Do total de 5.695 egressos, apenas 148 (2,5%) são do curso de Educação Física. A maioria vem de áreas como Enfermagem e Medicina. Tanto Mathias quanto Joamara esperavam mais, mas também não se surpreenderam com o número. "Não esperávamos 10 ou 15%", comenta o orientador.

Foram dois anos de coleta de dados e as análises estão começando. Joamara se qualifica ainda este ano e deve defender no início de 2025. Entre outros aspectos, a análise ficará atenta às instituições envolvidas, a regionalidade, a área dos orientadores (quantos da Educação Física?), quais os objetos de estudo dos egressos. Orientador e orientanda concordam que uma análise ano a ano será capaz de mostrar um crescimento ou não de pesquisas articulando ambas as áreas, especialmente ao cruzar estes dados com outros fatores.

Uma análise preliminar do trabalho mostra que foram identificados 149 egressos dos programas de mestrado acadêmico em Saúde Coletiva do Brasil (2010-2019) que tinham formação inicial em Educação Física. Isso representa 2,6%. Quando os dados foram analisados segundo quinquênio, observou-se tendência de crescimento. Enquanto no primeiro quinquênio (2010-2014) o percentual foi de 2,3%, no segundo (2015-2019) foi de 3,0%. Parece pouco, mas isso representa um aumento de 30%.

Um dado interessante diz respeito à Região Sul. Trabalho publicado pelos autores no Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva em 2022, realizado em Salvador (Bahia), indicou que dos 641 egressos identificados, 43 (6,8%) tinham formação inicial em Educação Física, sendo também observada uma tendência de crescimento na comparação do primeiro para o segundo quinquênio (de 4,6% para 8,1%).

Paralelamente, Joamara tem preparado artigos para publicação. Um já foi submetido a um importante periódico e aguarda resposta. Ele aborda um estudo sobre a intenção de estudantes de Educação Física da UEL, Unicentro (Gurupava) e UFPR em trabalhar no SUS, dentro daquele recorte temporal (2010-2019). O professor Mathias adianta: 40% demonstraram interesse em atuar na saúde coletiva. O índice é ainda maior entre as mulheres e entre aqueles que



"A graduação ainda se mostra incipiente na aproximação entre as áreas. Não há estágios, apenas breves contatos com o Sistema. Só mesmo na Residência houve aproximação maior", comenta Joamara Pimentel

conhecem mais o SUS ou programas sociais do governo. O segundo artigo, em preparação, trata justamente da análise dos dados conforme a região geográfica.

Fora isso, a doutoranda apresentou parte de sua pesquisa no Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, em 2022, com dados do sul do Brasil. Aliás, o professor Mathias lembra que os eventos científicos representam uma instância que tem trazido à discussão o tema da aproximação da Educação Física com a Saúde Coletiva. Mas é preciso ampliar, segundo ele.

RESIDÊNCIAS

Outro avanço, na avaliação do professor Mathias, foi a criação das Residências Multiprofissionais da UEL, uma voltada à Saúde da Família e outra à Saúde da Mulher. Elas surgiram há quase 20 anos, a partir de uma demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Londrina para o Departamento de Saúde Coletiva da UEL.

Além de tudo isso, o professor anuncia: um novo projeto vem aí, para estudar a inserção profissional no mercado destes quase 6.000 egressos dos programas acadêmicos de mestrado em Saúde Coletiva do Brasil.

Expediente



Reitora: Marta Regina Gimenez Favaro
Vice-Reitor: Airton Petris



Coordenação: Beatriz Silvério Botelho
Edição: José de Arimathéia
Diagramação/Editoração: Moacir Ferri

UEL - Campus Universitário - C.P. 6001
CEP 86051-990 - - noticia@uel.br
Contato: (43)3371-4361 e (43)3371-4115
Londrina, PR

Não perca a conta

Atividades em projetos que dialogam entre si e atuam na vida prática da comunidade marcam a curricularização da extensão no curso de Ciências Econômicas

JOSÉ DE ARIMATHÉIA

Com a Creditação Curricular da Extensão na UEL, estabelecida pela Resolução Conjunta nº 039/2021 dos Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão, e Conselho de Administração (CEPE/CA), os cursos de graduação têm se concentrado em cadastrar atividades já existentes, criar, renovar ou reformular projetos.

De acordo com a professora Irene Domenes Zapparoli, seu Departamento (Ciências Econômicas) possui atualmente 12 projetos de extensão, que mobilizam corpo docente e discente, além de outros colaboradores, com o duplo objetivo de prestar atendimento à comunidade e melhorar a qualificação dos futuros profissionais.

Irene, junto com os professores Emerson Guzzi Zuan Esteves e Aricieri Devidé Júnior, desenvolvem três projetos, de certa forma integrados, considerando sua atuação e formação profissional. Os próprios professores falam dos três como se fossem um só. São eles: Perícia Ambiental, Economia Trabalhista e Economia Jurídica.

Coordenado pela professora, o projeto "Teoria e prática em perícia ambiental: compartilhamento de saberes em londrina e região" existe desde 2022 e consiste em avaliar ações antropogênicas que causem danos ambientais e precisam de elaboração de laudos judiciais e extrajudiciais demandados pela comunidade.

O projeto nasceu de uma demanda de Cambará, município do Norte Pioneiro, limítrofe com o estado de São Paulo, a mais de 100km a nordeste de Londrina. Prefeitura e Ministério Público daquela localidade solicitaram assistência em razão da coleta e tratamento de lixo, principalmente conscientização e orientação. Em resposta, foi criado, ainda em 2023, um projeto que oferece treinamento aos membros da cooperativa de recicláveis de lá – curiosamente, quase só mulheres – mas estende ações a escolas e, num futuro próximo, a toda a comunidade. Cambará tem cerca de 23 mil habitantes.

Conforme relata o professor Emerson, é importante conscientizar corretamente sobre os resíduos, sob pena de perder muito material que poderia ser reciclado ou vendido, e gerar renda. Ele conta que Cambará tem um aterro e, bem próximo, um barracão onde trabalham os coletores de material reciclável.

A professora Irene observa que os alunos envolvidos no projeto têm realizado uma série de ações, como preparar tabelas de preços de produtos recicláveis. O foco tem sido principalmente na cooperativa. Um próximo passo será saber, com mais detalhes, sobre os principais geradores de lixo da cidade: as residências. E sempre com um olhar de diálogo: "Eles têm muito a nos ensinar", sentencia a professora. Ela já teve mostras destes outros saberes com o pessoal da cooperativa. Segundo ela, não são apenas coletores, mas dominam outras tarefas. Por exemplo, dirigir os veículos utilizados no trabalho, como uma motocicleta que traciona um carrinho, ou o caminhão que deposita material no aterro ou no barracão. "Elas possuem uma forte visão de si mesmas", comenta.

Ainda são muitos os desafios, como os cuidados com a segurança, limpeza, preços baixos, alguma resistência a EPIs (equipamentos de proteção individual) e até a concorrência com os coletores informais. Por outro lado, a professora Irene coordena o projeto com



Parte dos alunos que atuam em alguns dos vários projetos do curso de Ciências Econômicas

a experiência de muitos outros projetos ambientais, orientadora de pesquisas e autora de oito livros sobre o tema.

EAAJ

Coordenado pelo professor Emerson, o projeto "Assistência técnica econômico-financeira ao Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos (EAAJ) de Londrina visa desenvolver um processo contínuo de monitoramento e análise usando cálculos jurídicos nas menções econômicas no EAAJ e outros locais onde o Departamento de Economia for convidado.

Já o projeto "Assistência econômico-financeira nos processos trabalhistas: demandas de emprego e renda" é coordenado pelo professor Aricieri e objetiva desenvolver uma contínua atividade de monitoramento e análise com cálculos jurídicos nos processos trabalhistas junto a profissionais que demandem tais cálculos. A metodologia contempla a elaboração de pareceres técnicos e laudos trabalhistas, judiciais e extrajudiciais. Este e o anterior estão em execução desde o ano passado.

O professor Emerson informa que é um dos três docentes do Departamento que atuam como perito pelo Conselho Regional de Economia do Paraná (Corecon/PR). Com esta expertise, assistem o Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos da UEL (EAAJ) em demandas que exigem o trabalho do economista. Nas "sextas de extensão" (período estabelecido para as AEX, ou Atividades de Extensão), Emerson costuma reunir 15 alunos, no turno matutino, para discutir casos e fazer os cálculos pedidos. À noite podem ser AEX ou aula.

Foram as demandas que acabaram dividindo o projeto em dois, um para questões jurídicas em geral – como um caso de concordata, título de crédito ou o fim de uma sociedade empresarial – e outro específico de ações trabalhistas. Segundo a professora Irene, os alunos aplicam diretamente o que aprendem no curso, como cálculo de taxas de juros, câmbio monetário, financiamentos, entre outros. Cabe observar ainda que os serviços do EAAJ foram apresentados lá em Cambará. Foi apenas uma das várias ações que, na prática, integram os três projetos.

Paralelamente, o projeto define as melhores estratégias de atendimento à comunidade e treina os alunos, a fim de otimizar a operacionalização. E não se trata apenas do domínio técnico-científico das Ciências Econômicas, mas aspectos como a comunicação



Professores Aricieri Devidé Júnior, Irene Zapparoli e Emerson Guzzi Esteves coordenam projetos que se articulam entre si

e linguagem. "Temos que traduzir o 'economês' para a comunidade, explicar de forma que compreendam completamente", expõe Emerson. Para isso, ele já se valeu, por exemplo, de uma analogia com o futebol. "A gente pode ganhar, empatar ou perder", diz ele. É um bom ponto de partida para falar de economia.

LETRAMENTO

Um conceito até hoje empregado mais na área de Educação é utilizado pelo professor Emerson: o Letramento em Economia. Quando se fala em aprender a ler e a escrever, ou a conhecer o mínimo de Informática, usa-se "Letramento" (ou "Letramento Digital") para designar um processo de aprendizagem mais complexo e mais completo, que leva em conta os saberes prévios do educando, assim como seu contexto familiar, social e até da escola. Letramento, portanto, vai muito além de juntar letras e formar sílabas, palavras e frases. Igualmente, um Letramento em Economia vai muito além da "Educação Financeira" de que se fala tanto por aí.

O professor Emerson explica que é até um pouco complicado precisar quantos estudantes participam de cada projeto, porque eles provavelmente passarão por todos e talvez outros mais. Em todo caso, ele calcula aproximadamente 60 alunos envolvidos, boa parte dos dois anos iniciais do curso. "Muitos alunos se identificam com esta ou aquela atividade e querem se dedicar mais, mas sempre com muita objetividade", acrescenta a professora Irene. A disseminação, por outro lado, já tem sido feita. A professora conta que já concedeu várias entrevistas a veículos de imprensa. "A comunidade nos procura, seja apenas para orientação ou uma atuação mais ampla", diz.

Pandemia de contradições

O período de quarentena e distanciamento social potencializou muitos problemas sociais com os quais os assistentes sociais tiveram que lidar, inclusive na própria atuação

JOSÉ DE ARIMATHÉIA

O mundo de 2020: aulas presenciais suspensas, trabalho remoto, estádios vazios, igrejas esvaziadas, festas canceladas, distanciamento (mais físico do que) social. Mesmo assim, o mundo não parou, e nenhum tipo de vulnerabilidade social deixou de existir. Pelo contrário: mais pessoas precisaram da assistência do Estado.

Foi pensando nas difíceis condições deste cenário que surgiu, no início de 2021, o projeto de pesquisa “Serviço Social e Comunicação: a linguagem como elemento essencial para o trabalho do/da Assistente Social”, coordenado pela professora Mabel Mascarenhas Torres.

O problema da linguagem, para a pesquisadora, não é novo. Já havia sido abordado em seu Doutorado, concluído em 2006 na PUC/SP. Mais tarde, orientou outra pesquisadora que estudou as estratégias de comunicação na política de assistência social a partir de sites oficiais, observando questionamentos e recomendações feitos pelos profissionais da área. A defesa da tese foi exatamente na época da suspensão das atividades presenciais, em março de 2020, e mostrou argumentos extremamente atuais, associados principalmente ao uso de tecnologia de informação e comunicação, ferramenta que ganhou evidência nos dois anos seguintes. A orientanda, Claudiana Tavares da Silva Sgorlon, tornou-se docente na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu, e vice-coordenadora do projeto.

Conforme rememora a professora Mabel, em 2020 o cenário era de certa confusão, porque ninguém sabia direito como proceder diante da situação pandêmica. Aspectos sanitários, econômicos e políticos, para ficar só nestes, travavam uma espécie de queda de braço pela hegemonia do discurso, e o resultado todos conhecem: mui-



“A pandemia trouxe à tona muita coisa até então sem debate”, analisa a professora Mabel Torres, coordenadora do projeto de pesquisa

ta desinformação – apenas mais um dos tantos elementos potencializados durante o período pandêmico.

Apesar do distanciamento obrigatório, os usuários muitas vezes precisavam de um atendimento presencial – por exemplo, comparecer a um tribunal. Embora grande parte dos assistentes sociais tivessem passado para o trabalho remoto, às vezes precisavam ir a algum local para o atendimento, e medidas de segurança sanitária foram adotadas, como o profissional ficar do lado de dentro enquanto o usuário ficava do lado de fora. No mais, em casa, ferramentas como o whats app, vídeo (Meet ou Zoom), Twitter e Instagram foram cada vez mais utilizados. Mabel relata que muitas Prefeituras desenvolveram suas redes sociais como canal de comunicação a partir dali. As condições forçaram este desenvolvimento, que vinha até então a passos mais lentos. E melhor ainda: os profissionais de Serviço Social foram chamados a opinar e dialogar sobre a questão.

Problema resolvido? De jeito nenhum! Mais um caso de contradições expostas à luz, segundo a pesquisadora. Afinal, grande parte da população, especialmente o contingente mais vulnerável socialmente, não tem acesso à Internet (36 milhões em 2022, segundo o IBGE), nem um smartphone com câmera de 50 mil megapix, não tem e-mail nem whats app. Não conhece Facebook ou You Tube. Quase 1/5 dos brasileiros sequer tem conta bancária, segundo dados de 1 ano atrás. São mais dois aspectos que expuseram

contradições: tecnológico e comunicacional.

Então, ficou ainda mais evidente a falta de acesso de brasileiros a direitos assegurados por lei, inclusive a Constituição Federal, tanto por questões sanitárias quanto tecnológicas e de comunicação. Os profissionais de Serviço Social foram convidados a analisar a nova realidade, propor projetos e tomar decisões que solucionassem os problemas surgidos, sempre com o dever legal e ético no horizonte. “Apareceu uma brecha digital. Às vezes o usuário, e até o assistente social possuíam o equipamento, mas não a habilidade”, comenta Mabel. De fato, o próprio serviço de Internet teve que melhorar, ficar mais veloz, para atender ao aumento de pessoas navegando por ela a trabalho, estudos e outras atividades que já existiam, mas foram potencializadas.

Direitos fundamentais foram abalados pelas novas circunstâncias, a exemplo das relações de trabalho. Em casa, muita gente trabalhou mais horas e reduziu o tempo de descanso, às custas dos próprios recursos (energia elétrica, computador, tempo, etc.), sem qualquer compensação, de nenhum tipo. Além disso, o local de trabalho e de descanso passaram a ser o mesmo, porque sair de casa significava uma série de restrições, para não dizer portas fechadas. “O mundo íntimo e o mundo público se misturaram”, resume a professora Mabel. Assim, a saída foi ficar mais tempo no mesmo lugar – diante do computador (ou celular).

NOTASTÉCNICAS

Aí entrou o projeto de pesquisa: para levantar dados desta brecha ao mapear as orientações dos Conselhos Regionais e Federal, que produziram Notas Técnicas referentes ao teletrabalho e teleperícia, entre outros. A informatização de serviços pelo governo não é novidade nenhuma, aponta a professora: o Dataprev (Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social) foi criado em 1974, hoje ligado ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Mas a pandemia expôs nós e contradições que tiveram que ser desfeitos sem interromper os serviços.

Tudo isso, pondera a professora Mabel, refletiu na maneira de comunicar, oficial e oficiosamente. É fácil entender a ideia de que as mensagens trocadas pelas redes sociais, por exemplo, têm características próprias, e são marcadas pela extensão reduzida e maior uso de imagens.

O Serviço Social, como todas as outras áreas, utiliza a língua escrita e a oral. Lida com usuários bem diferentes uns dos outros, ao mesmo tempo em que se reporta a colegas de profissão, agentes e autoridades públicas. Ainda assim, de acordo com a pesquisa, a linguagem em geral teve que se

Continua na Pág.5



tornar mais compacta. “A limitação de caracteres foi um desafio”, conta a professora. O aumento do uso da escrita fez gerar elementos que substituísem o subtexto de uma conversa presencial (entonação, volume da voz, expressões faciais, etc.). “Os profissionais também tiveram dificuldades, e tiveram que reelaborar seu próprio pensamento para serem compreendidos”, observa Mabel.

Assim, uma das perguntas do projeto foi: “Será que a linguagem está sendo eficiente?” Até porque não se trata apenas da habilidade em comunicar pelos canais tecnológicos, mas vai além. Mabel exemplifica com implicações éticas. Por exemplo, o sigilo: ao conversar com um usuário, será que ninguém mais na casa dele está ouvindo? “O entorno pode não ser seguro”, diz ela. A professora lembra, aliás, que as conversas pelo vídeo expunham este entorno, como se o interlocutor estivesse em sua própria casa. No início, não havia o recurso de desfocar o fundo ou colocar uma outra imagem.

DESINFORMAÇÃO

Tanta informação em circulação criou outro monstro: a desinformação, de todos os tipos. Esta é outra contradição abordada no projeto de pesquisa. “Tivemos desde a simples negação da doença, até o chip inserido na vacina, além das inúmeras informações falsas sobre o auxílio emergencial”, relembra Mabel. Segundo ela, foram criados pelo menos uma centena de falsos aplicativos sobre o auxílio, o que deixou milhares de vítimas de estelionato. Sempre é bom lembrar: no início, o desencontro de informações gerou uma verdadeira babel – ninguém tinha certeza absoluta de nada.

“A pandemia trouxe à tona muita coisa até então sem debate”, analisa a professora. Em sua perspectiva, o período de isolamento criou – olha aí mais uma contradição – uma sociedade de indivíduos com menos vida íntima. Pior: aumentaram as notificações de violência contra idosos, crianças e mulheres, conforme documentos oficiais de órgãos como Organização Mundial da Saúde, Ministério da Saúde, Fundação Osvaldo Cruz, replicados pelos Conselho Federal e Estaduais de Serviço Social. Lembra daquela história espalhada nas redes sociais de que depois da pandemia a Humanidade sairia mais compassiva, e as pessoas seriam mais humanas? Você não acreditou nisso, né? Não compartilhou nada do tipo no seu perfil, certo?

A observação dos sites dos Conselhos revelou três eixos principais de notícias: (muitas) bandeiras de lutas; alterações do trabalho (cenário que já vinha piorando antes mesmo da pandemia); e atuação profissional (aumento de demanda de usuários e adaptações ao cenário). E eis outra contradição: ao mesmo tempo em que o Estado é “demonizado” (na expressão de Mabel) como ente ineficiente cheio de

Direitos fundamentais foram abalados pelas novas circunstâncias, a exemplo das relações de trabalho. Em casa, muita gente trabalhou mais horas e reduziu o tempo de descanso, às custas dos próprios recursos (energia elétrica, computador, tempo, etc.), sem qualquer compensação, de nenhum tipo



No período pandêmico, uma série de cuidados sanitários foram tomados em todo o país

servidores que pouco ou nada trabalham, médicos e enfermeiros de hospitais públicos e unidades básicas de saúde foram elevados a heróis durante a pandemia e aplaudidos por justo mérito. Ainda assim, na avaliação da professora, a sociedade brasileira continua sofrendo uma descaracterização e desregulamentação de direitos, por exemplo com as leis que têm precarizado as relações de trabalho.

PÓS-PANDEMIA

Assentada um pouco a poeira, o projeto não deixa de se voltar igualmente para a própria Academia. Alunos e docentes também sentiram o impacto do isolamento, estudo remoto, falta de vivência no Campus, e ainda precisam colocar este fenômeno sob lentes teóricas. “A profissão continua, e muita coisa continua, como necessidades que já existiam, a precarização”, afirma a professora Mabel. Mas períodos de tensão ou ruptura podem ser um “mal necessário”, segundo ela, porque ameaçam aquele controle sobre tudo e favorecem a capilaridade dos efeitos, que podem chegar a todos, embora normalmente também criem problemas que não existiam.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA

O projeto tem participado de eventos científicos e produzido conteúdo (textos). Em maio, em Londrina, deve participar do triplo evento V Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; VI Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; V Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental.

Já realizou apresentações no exterior, como na

JOINPP (A Jornada Internacional de Políticas Públicas), e publicou dois artigos em revistas e um capítulo de livro na Universidade Federal do Mato Grosso. Outra publicação deve ser lançada pela Universidade de Temuco (Chile), pois o projeto integra um grupo de pesquisadores sul-americanos. A ideia, aliás, é formar uma rede internacional de pesquisadores.

O projeto conta com a participação de docentes da Universidade de Brasília (Kenia Augusta Figueiredo), Universidade Estadual de Maringá (Eduardo Luís Couto e Vanessa Rombola Machado), e ainda estudantes de graduação e pós-graduação, incluindo bolsistas de Iniciação Científica, CNPq e Fundação Araucária. Obteve recursos financeiros e bolsas através de editais e tem orientandos de todos os níveis: graduação, Mestrado e Doutorado.

A professora Mabel também terminou, em fevereiro deste ano, uma pesquisa de pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que abordou o uso de tecnologias nas competências do profissional de Serviço Social, levando em conta “alterações invisíveis” verificadas nos últimos anos.



Cristianismo com sotaque nórdico

A partir de fontes historiográficas e hagiográficas, estudo investiga a formação da religião cristã nos países do norte europeu na Alta Idade Média

JOSÉ DE ARIMATHÉIA

O Cristianismo é uma religião proselitista, ou seja, ela insta seus fiéis a pregar seu evangelho a todos os povos. Em sua carta à comunidade de Corinto, no século I, Paulo de Tarso foi incisivo: “Ai de mim se eu não anunciar o evangelho”. Em países como a Dinamarca e a Noruega, porém, o Cristianismo só chegou por volta do século X, e de uma forma diferente da maioria dos outros países da Europa.

É o que explica o professor Lukas Gabriel Grzybowski (Departamento de História), que coordena o projeto de pesquisa intitulado “A percepção da mudança religiosa: missão, conversão e cristianização no norte da Europa e a formação da religião cristã”. O recorte da pesquisa abrange os países escandinavos (Dinamarca, Noruega e Suécia), situados na península que os antigos romanos chamavam de Scania; além de Finlândia, Islândia, Groenlândia, Ilhas Faroé e Arquipélago de Åland, ou seja, de toda a região nórdica (norte europeu). Quanto ao recorte temporal, ele vai do século IX ao XI.

A pesquisa investiga fontes historiográficas (literárias ou não) e hagiográficas (histórias de santos), além de outros gêneros textuais, e realiza uma análise e reflexões a partir da “Vorstellungsgeschichte”, conceito desenvolvido pelo filósofo alemão Arthur Schopenhauer (1788-1860) que pode ser entendido como “representação”, dentro do contexto da História dos Conceitos, ou História das Ideias. De acordo com o professor Lukas, já foi um (saudável) desafio aplicar Schopenhauer neste estudo.

Medievalista, e Doutor em História pela Universidade de Hamburgo (Alemanha, 2014), há quase 10 anos o professor se aprofunda nas narrativas do norte europeu, quando não havia textos teóricos, mas outros, que expressavam os anseios e perspectivas da época. Exemplo são as sagas islandesas. Apesar de os autores serem camponeses, eles eram – diferente do resto da Europa – notadamente letrados e cultos. Tais textos são uma mostra da mentalidade subjetiva daqueles povos, que se viam como partícipes da História. Dada a variedade de tipos de textos, a pesquisa se torna interdisciplinar, tangenciando, por

exemplo, a Literatura, Teologia e as Ciências Jurídicas.

O pesquisador cita, como exemplo, o cronista medieval alemão chamado Adam de Bremen, que escreveu a História do Arcebispado de Hamburgo-Bremen, no século XI, em quatro volumes. Sua obra inspirou e guiou missionários cristãos, e ainda foi a primeira a mencionar uma terra onde hoje é o Canadá. Por tudo isso, é uma das principais fontes sobre o período.

FONTES NÓRDICAS

“Não podemos procurar apenas fontes latinas, pois existem muitas fontes nórdicas, como sagas, crônicas, e anais”, destaca Lukas. E o período selecionado contempla os primeiros contatos dos nórdicos com os europeus continentais, passando de um mundo viking (em 793) até o emblemático ano de 1066, quando William, o Conquistador, invadiu a Inglaterra vindo da França e instalou a dinastia normanda, no trono até hoje. Foi a última vez, aliás, que a Inglaterra foi invadida com sucesso. Já a primeira Arquidiocese da Escandinávia foi criada em 1104.

Muitas obras em latim falam da chegada dos missionários cristãos aos territórios vikings. Mas as obras nórdicas, explica Lukas, são diferentes: nelas predominam uma narrativa de povos já cristianizados, que veem o passado exatamente como diz o nome – já foi. O tempo pré-cristão é visto como uma espécie de “infância” da sociedade, que amadureceu e se tornou melhor após a conversão ao Cristianismo. Não há recriminação, apenas uma sensação de que era muito mais acertado ser cristão. E mais: como sujeitos de sua História, foram os nórdicos que livremente optaram pela nova religião. Como diz o professor Lukas, eles mesmo decidiram se “autocristianizar”, pois viram seu país como uma espécie de “terra prometida”.

Tais sentimentos são encontrados nas sagas islandesas (prosa), que falam de reis, bispos e santos, assim como na chamada “poesia escáldica”, uma expressão literária cortesã da Noruega e Islândia cantada ou declamada. Outras expressões são as “eddas” – coleções de poemas (ou prosas) em nórdico antigo que narram histórias mitológicas e de heróis. E ainda existem outras



“Entre os vários modelos de missão cristã, nos países nórdicos houve uma construção histórica. Lá foi diferente”, afirma o professor Lucas Grzybowski

fontes, como missais e leis da época.

O que se destaca na análise das fontes é, portanto, que se trata de uma literatura escrita por cristãos que entendem que sua nova religião lhe foi favorável. Apesar de um eventual olhar para o passado (pré-cristão), os textos são marcados por um léxico ou ideário cristão. Além disso, textos anônimos parecem apontar para uma autoria clerical. O Cristianismo também colaborou para fixar na escrita boa parte da tradição oral. “Entre os vários modelos de missão cristã, nos países nórdicos houve uma construção histórica. Lá foi diferente”, relata Lukas.

NJALL, O QUEIMADO

Uma saga importante que ilustra este cenário é a Saga de Njall (islandesa), de autoria anônima, escrita já no século XIII e lançada em tradução inédita no Brasil em fevereiro deste ano por um clube de assinaturas literário. O professor Lukas conhece o tradutor e conta que a história fala de Niall, um herói, e seu conflito com amigos de outras famílias importantes, justamente no período de cristianização do país. No fim, é exatamente a conversão que conduz à paz.

PROJEÇÃO

A extensa produção científica do professor Lukas dá uma ideia da projeção que seus estudos vêm obtendo. Além dos artigos, capítulos e livros publicados, no Brasil e fora, o coordenador do projeto está em tratativas com suas instituições europeias para uma parceria: as Universidades de Münster (Alemanha) e Katowice (Polônia), para desenvolver ações de ensino e intercâmbio. As parcerias incluem investimentos financeiros, via governo estadual (Fundação Araucária). Atualmente, o projeto já conta com a participação de um professor alemão.

Também integram o projeto orientandos do professor Lukas e outros estudantes, dentro de um Grupo de Estudos que se reúne semanalmente. Dos 10 participantes do Grupo, cinco estão no projeto, todos de graduação. Há estudantes bolsistas de Iniciação Científica e Iniciação Científica Júnior (graduação) e de Mestrado (Capes). Um bolsista do CNPq desenvolve seu Mestrado na Islândia atualmente.

O projeto já rendeu apresentações em eventos científicos e entrevistas, não apenas no meio acadêmico, mas, por exemplo, em um canal do YouTube. O professor também oferece uma disciplina especial ligada ao tema, aberta a todos os interessados. E o projeto está nas redes sociais, como no Instagram: @lem_medieval.



Eduel tem quatro livros aceitos para concorrer ao Prêmio Jabuti Acadêmico 2024

Classificadas em quatro categorias, obras lançadas em 2023 serão julgadas pelos critérios de relevância, qualidade, inovação e potencial de impacto

MIRIAN PERES DA CRUZ

A Editora da Universidade Estadual de Londrina (Eduel) teve quatro livros aprovados para concorrer ao Prêmio Jabuti Acadêmico 2024. Criado pela Câmara Brasileira do Livro (CBL) e derivado do reconhecido Prêmio Jabuti, a iniciativa concentra-se exclusivamente em obras acadêmicas, que serão julgadas pelos critérios de relevância, qualidade, inovação e potencial de impacto.

As obras selecionadas foram publicadas em 2023 e discorrem sobre os mais variados temas. Elas concorrem em quatro categorias. O livro “Beijo a Mão que me Condena”: Resistência e Embranquecimento Histórico do Padre José Maurício Nunes Garcia (224 páginas), autor Pedro Razzante Vaccari, foi classificado na categoria Antropologia, Sociologia, Demografia, Ciência Política e Relações Internacionais.

É uma obra que descreve a trajetória, vida e obra, do compositor brasileiro padre José Maurício Nunes Garcia (1767-1830), atuante no final do século XVIII e início do XIX. Ao lado de Carlos Gomes e Villa-Lobos, segundo estudiosos, o compositor é considerado um dos mais notáveis da história da música no Brasil.

O livro “Deleuze: Signos e a Irupção do Fora” (204 páginas), autor Roberto Duarte Santana Nascimento, concorre na categoria Filosofia. O autor descreve a teoria semiótica de Gilles Deleuze, filósofo francês, um dos principais representantes da filosofia continental e pós-estruturalismo, com destaque especial para o “conceito deleuziano de signo”. Em seis capítulos, fica evidente a contribuição do filósofo francês, que possui registros sobre a questão dos signos ainda na década de 1960.

Já o livro “Gabriel García Márquez: Jornalismo & Ficção” (208 páginas), de Maria Cecília Guirado (org.), foi selecionado para concorrer na categoria Comunicação e Informação. Resultado das análises desenvolvidas pelos componentes do grupo Gabo de



pesquisa da UEL, a obra traz artigos que versam sobre o processo de criação do escritor, jornalista e ativista político, o colombiano Gabriel García Márquez, autor do clássico da literatura latino-americana, Cem Anos de Solidão.

E a obra “Decifra-me ou Te Devoro: museu histórico como teatro da memória” (370 páginas), do autor Edson Holtz Leme, figura como concorrente na categoria História e Arqueologia. Com extenso arcabouço teórico e ilustrado com mais de 100 imagens, o livro explicita o processo de formação do Museu Histórico de Londrina, voltando-se para a ausência de grupos que fizeram parte da construção da cidade de Londrina, negros, indígenas, mulheres e migrantes.

É resultado da tese de doutorado defendida pelo autor em 2013 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP).

Produção editorial de excelência Para o diretor da Eduel, professor

Gilmar Aparecido Altran, a seleção das obras indica que a Eduel tem produção editorial de qualidade e criteriosa. “Com muita expectativa, participamos do lançamento, pela Câmara Brasileira do Livro da criação do Prêmio Jabuti Acadêmico. Trata-se de uma iniciativa que coloca a produção acadêmica num cenário de destaque e valorização da produção do conhecimento científico, filosófico e artístico”, afirma o diretor.

“Certamente é um marco para a Editora concorrer com seus livros e contribuir para o reconhecimento da produção acadêmica nacional”, ressalta Gilmar. Ele destaca que, tradicionalmente, a Eduel inscreve suas obras no Prêmio Jabuti, considerado o principal do setor literá-

rio do país, e, em anos anteriores, já registrou finalistas em várias categorias – Capa, Crítica/Teoria Literária e Educação. Em 2011 ficou em 3º lugar na categoria Tradução com o livro Noites Áticas, de Aulo Gélío, tradução de José Rodrigues Seabra Filho.

Mais informações sobre os livros podem ser acessadas no site da Eduel – www.eduel.com.br.

PRODUÇÃO ACADÊMICA

Os vencedores serão avaliados e anunciados pela curadoria do prêmio em cerimônia oficial, cuja data de realização será previamente divulgada pela CBL.

Destinado a obras acadêmicas, publicadas em Língua Portuguesa no Brasil, o Prêmio Jabuti Acadêmico tem como objetivo valorizar a excelência na produção acadêmica nacional. A iniciativa da CBL com apoio da Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência, também visa reconhecer as contribuições relevantes para o desenvolvimento científico, social, político e cultural do país.

São ao todo 27 categorias acadêmicas específicas no eixo Ciência e Cultura, além do eixo Prêmios Especiais, que avalia obras em duas categorias: Divulgação Científica e Ilustração.

O Prêmio Jabuti Acadêmico tem origem no Prêmio Jabuti. Criado em 1958, é o maior prêmio literário do país, cujo objetivo é valorizar os envolvidos no universo editorial, ou seja, autores, capistas, ilustradores, designers gráficos, tradutores e editoras.

Confira mais detalhes sobre o Prêmio Jabuti Acadêmico no endereço - <https://www.premiojabuti.com.br/academico/>.

Serviço

Os livros aceitos para concorrer ao Prêmio Jabuti Acadêmico são vendidos no site da Eduel – www.eduel.com.br; e na Livraria Eduel, localizada no Campus Universitário. O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. Contatos: (43) 3371 46 83 (WhatsApp); (43) 3371 46 91 ou livrariaeduel@uel.br.

Filosofia em cartaz

Projeto interinstitucional realiza ciclo de exibição de filmes e debates sobre os mais diversos temas de interesse da sociedade

JOSÉ DE ARIMATHÉIA

Quem nunca ficou incomodado com uma cena, um personagem ou um desfecho de um filme? Quem nunca saiu chorando, rindo ou perplexo de uma sala, ainda sob o impacto do que acabou de ver? Todas estas reações às obras da sétima arte se assemelham àquelas provocadas pela realidade, pelo cotidiano, e que ganham a atenção dos filósofos.

Esta é uma das premissas do projeto "Ciclo de Cinema e Filosofia", coordenado pelo professor Charles Feldhaus (Departamento de Filosofia). Entre seus objetivos, está promover o acesso ao conhecimento filosófico através dos filmes ou trechos, seguidos de debates em torno dos mais variados temas de interesse da sociedade contemporânea, como o tempo, as relações humanas, a saúde, a tecnologia, igualdade, e a própria arte.

Oficialmente, o projeto existe há um ano, mas a utilização de filmes como recurso pedagógico é uma prática que Charles desenvolve há muitos anos. Bacharel e licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002), foi lá também que realizou suas pesquisas de Mestrado e Doutorado, na área de Ciência Política, campo em que ministra aulas na UEL. O Pós-Doutorado veio depois, na Alemanha (2015).

O primeiro Ciclo de Cinema e Filosofia foi em 2017, e até aqui foram aproximadamente 20 edições, e nem todas dentro da UEL. Não raro, para conseguir o filme pretendido, o professor Charles precisou adquirir a obra, comprando-a no You Tube, por exemplo. Toda exibição é seguida de um debate com participação de um convidado, não necessariamente um filósofo, mas alguém que possa contribuir com as discussões.

A oficialização da atividade como projeto de extensão vem ao encontro da creditação da extensão na UEL, por isso o professor conta com a colaboração de outros professores, da UEL e de outras instituições, assim como de estudantes que, segundo ele, terão bastante trabalho pela

frente: além de participar das sessões e dos debates, produzirão materiais de apoio e até teóricos sobre os filmes e temas do Ciclo, além do conteúdo para redes sociais.

Para isso, Charles diz que conta com a participação da professora Andrea Cachel, que trabalha com produção textual. Atualmente, ela desenvolve uma pesquisa pós-doutoral sobre Cinema e Filosofia. O segundo docente participante é o professor Marcos Rodrigues da Silva, coordenador de extensão do Departamento de Filosofia. Um dos objetivos do coordenador é a produção de vários e-books, com resenhas dos filmes, artigos, transcrição de conferências, entre outros materiais.

Charles Feldhaus é o coordenador de Pós-Graduação do Departamento e tem orientandos com pesquisas sobre Cinema e Filosofia em andamento. Para ele, como arte, o cinema tem o poder de mexer com a imaginação humana, com a maneira de as pessoas verem as coisas, enxergar o mundo. "O cinema impacta. Ele choca, muitas vezes", afirma. Ao questionar um enredo, um comportamento de um personagem, o público questiona a própria realidade. "Isto atua muito no nível na intuição", expõe o professor.

EM CARTAZ

Entre os filmes já exibidos no Ciclo, o professor cita "As sufragistas" (Inglaterra, 2015); "Os últimos dias de

Immanuel Kant" (França, 1993); "Selma: uma luta pela igualdade" (EUA, 2014); "Ato de esperança" (Inglaterra, 2017); "Cobaias" (EUA, 1997); "O destino de uma nação" (Inglaterra, 2017); "Gattaca" (EUA, 1997); "Apocalypse Now" (EUA, 1977); "O povo contra Larry Flint" (EUA, 1996). Charles destaca o filme de estreia: "Kramer x Kramer" (EUA, 1979).

Até agora, os debates têm sido online, mas está nos planos do coordenador promover um encontro presencial. Normalmente, as discussões duram de uma hora e meia a duas horas, com dezenas de participantes na audiência. E a ideia é realizar três sessões, uma por mês, neste trimestre (maio/junho/julho), um deles presencial. Por outro lado, o projeto já fez debates em outras instituições, como a USFC, a PUC/LD e a Unicesumar/LD, confirmando a parceria de professores colaboradores destas universidades. Como a professora Andrea faz seu Pós-Doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ela conseguiu um debate por lá. O filme foi "Bacurau" (Brasil, 2019) e a conversa está no Facebook.

ATUAÇÃO DOS ESTUDANTES

Para Charles, além de ampliar o conhecimento filosófico e atender às exigências institucionais sobre atividade extensionista (AEX), o projeto oportuniza aos estudantes participantes uma série de ações de aprendizado, da organização dos encontros



"Como arte, o cinema tem o poder de mexer com a imaginação humana, com a maneira de as pessoas verem as coisas", argumenta o professor Charles

à produção de conteúdo para redes sociais. O professor sente o engajamento dos alunos, que demonstram tantas habilidades quanto são as ações a serem praticadas.

O projeto conta com mais de 20 estudantes de graduação, não apenas de Filosofia, 5 de pós-graduação e 1 orientando de Iniciação Científica Júnior, que apresentou sua pesquisa sobre Cinema e Filosofia no Encontro Anual de Iniciação Científica (EAIC) do ano passado.

Os e-books ainda estão no horizonte do projeto, mas o professor já o divulgou em palestras e eventos escolares. Aliás, duas escolas de Londrina já exibiram filmes seguidos de debate. Levar Cinema e Filosofia a outros níveis de ensino faz parte dos objetivos do projeto. Charles é membro da Academia de Letras, Ciências e Artes de Londrina desde 2022 e já levou o tema até lá.

Quanto às redes sociais, o projeto está no Facebook, You Tube e Instagram (@cinemaefilosofia.uel).

